

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha da Tarde

Class.: 1435

Data: 23.01.90

Pg.: _____

Presidente quer retirar garimpeiros

O presidente eleito, Fernando Collor, vai promover a retirada dos garimpeiros que ocupam a reserva indígena dos ianomami, como já determinou a Justiça Federal, caso o governo Sarney não a faça. A decisão foi divulgada ontem por integrantes da equipe que preparou o plano de governo para a área do meio ambiente. Este plano prevê, na demarcação das áreas indígenas, urgência à ampliação e implantação da área dos ianomami, com a retirada dos invasores através de um programa de ação específico, com a participação dos Estados e dos ministérios interessados, inclusive os militares.

A política indigenista de Collor também estabelece que deve ser superado "o atual modelo de ocupação das áreas limítrofes aos territórios indígenas, que tem sido extremamente nocivo à sua cultura e ao meio ambiente". A Funai está mantida no plano de governo de Collor, mas deverá sofrer alterações. A primeira será a transferência do Ministério do Interior para o Ministério da Justiça. Isto facilitará uma das metas do governo na questão indígena: a concentração e coordenação de meios para impedir a invasão e promover a retirada dos garimpeiros, madeireiros e demais invasores. No governo Collor, Funai e Polícia Federal atuarão sob a coordenação de um mesmo Ministério.

Outra preocupação do governo será a completa revisão da estrutura da Funai. Os primeiros levantamentos feitos pela equipe de transição apuraram um quadro

caótico. Mas o diagnóstico completo será apresentado após uma consulta a todos os setores ligados à questão indígena, com indigenistas, representantes das comunidades indígenas e do atual governo.

Em contatos preliminares com o ex-presidente da União das Nações Indígenas, Marcos Terena, o coordenador da equipe de transição, embaixador Marcos Coimbra, ouviu um relato assustador. Terena afirma que a Funai apresenta hoje "uma administração

melancólica". Ele entende que a descentralização experimentada no governo José Sarney serviu apenas para desenvolver a prática do empreguismo. Como exemplo, cita a Superintendência da Funai em Pernambuco, que conta atualmente com 600 funcionários — o dobro do quadro disponível em Brasília.

A descentralização vai ser mantida no governo Collor, segundo informa os coordenadores da área do meio ambiente. Terena entende que esta idéia deve ser rediscuti-

da, porque a proposta de aproximar os sertanistas das aldeias acaba não se concretizando com a descentralização.

Os representantes da comunidade indígena apresentarão três questões básicas a Collor: qual é o "programa de índio" do governo Collor (uma alusão a declarações de Collor durante a campanha), o que o novo governo vai fazer com a Funai, como serão demarcadas as terras indígenas e como será feita a retirada dos garimpeiros das terras dos ianomami.

Governo estuda alternativa para expulsos

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, disse ontem que o governo está "estudando" a alternativa de reunir temporariamente todos os garimpeiros desalojados da reserva ianomami (Roraima) em uma única área, "fora do território indígena". A área proposta é a gleba Uraricaá-Santa Rosa, de 100 mil hectares, que fica fora da "floresta nacional" de Roraima. O ministro afirmou que os garimpeiros permaneceriam no local durante um prazo de 60 a 90 dias, antes de se deslocarem para outras áreas.

Esta proposta de Ramos representa um recuo do governo diante da posição da Justiça Federal. A idéia original do ministro era fixar os garimpeiros em outras duas áreas, além da já citada, que ficam dentro do território ianomami. As áreas são as glebas de Catrimani-Couto Magalhães e Uraricoera. O assentamento de garimpeiros nestas áreas contra-

ria uma liminar da Sétima Vara da Justiça Federal de 20 de outubro último. A liminar ordena a interdição da área e retirada dos invasores.

Até o final da semana Saulo Ramos deverá encaminhar uma proposta definitiva de assentamento de garimpeiros ao presidente José Sarney. A proposta do ministro será transformada em decreto. Ramos disse que os garimpeiros poderiam aproveitar o período de permanência na gleba de Uraricaá para se organizarem em cooperativas. O presidente Sarney baixou um decreto recente regulamentando a garimpagem feita por cooperativas na "floresta nacional".

O procurador da República Oswaldo José Barbosa Silva entrou ontem com uma representação na Justiça Federal pedindo "explicações" ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima,

sobre a atuação da Força Aérea na operação ianomami. O procurador acredita que a Aeronáutica não está atuando com ênfase necessária, inutilizando as pistas de pouso clandestinas. As pistas são usadas pelos garimpeiros em território ianomami.

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (Ceconsaer) informou que a interdição das pistas é uma atribuição da Polícia Federal e não do Ministério. Segundo o Ceconsaer, a Aeronáutica controla apenas os aeroportos homologados, através do Departamento de Aviação Civil. O órgão afirmou que o Ministério da Aeronáutica tem dado "apoio aéreo irrestrito" à retirada dos garimpeiros e ao atendimento médico dos índios. Todos os aviões do Sétimo Comando Aéreo (Comar), sediado em Manaus (Amazonas), estão "disponíveis", segundo o Ceconsaer.